



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO Nº 05

Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras
Indígenas na Amazônia

Instituto de Conservação Ambiental – The Nature Conservancy do Brasil - TNC Brasil

Período de Acompanhamento: 01/01/2019 a 30/04/2019

APRESENTAÇÃO

O presente documento é um roteiro para elaboração de um Relatório de Desempenho. O objetivo deste relatório é fornecer ao BNDES informações sobre a situação da operação contratada no âmbito do Fundo Amazônia, como a evolução física e financeira do projeto, as ocorrências relevantes referentes ao beneficiário, o atendimento às obrigações contratuais e o monitoramento dos indicadores do quadro lógico, entre outros. O Relatório de Desempenho deve ser preenchido, assinado e enviado ao BNDES pelo beneficiário da colaboração financeira não reembolsável do Fundo Amazônia, em versão impressa e por e-mail.

Nas seções “A”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “L” deste modelo de relatório, o beneficiário deve preencher as planilhas eletrônicas que compõem este documento como “objetos incorporados”, os quais permitem o acesso às planilhas eletrônicas a partir do próprio documento de texto. Para o preenchimento, o beneficiário deve clicar duas vezes no ícone do objeto e preencher as tabelas conforme as orientações constantes nas planilhas. Estas planilhas devem ser enviadas impressas ao BNDES em anexo à versão impressa do Relatório de Desempenho e enviadas por e-mail, salvas na versão eletrônica do próprio Relatório de Desempenho.

A apresentação do Relatório de Desempenho pelo beneficiário é parte integrante das obrigações contratuais assumidas pelo beneficiário perante o BNDES, conforme previsto nas “Normas e Instruções de Acompanhamento”, da Diretoria do BNDES.

Além das informações mencionadas no modelo de Relatório de Desempenho, o beneficiário deve enviar, quando solicitado, os documentos pertinentes sobre o cumprimento das condições constantes no contrato.

As orientações para preenchimento do Relatório de Desempenho estão no corpo do presente documento e a equipe responsável pelo acompanhamento do projeto pode ser contatada para quaisquer esclarecimentos.

O Relatório de Desempenho deverá ser encaminhado, aos cuidados do gerente responsável pela operação, para o seguinte endereço:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Área de Meio Ambiente - AMA

Departamento de Gestão do Fundo Amazônia - DEFAM

Av. República do Chile, 100 - Protocolo - Térreo

Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-917

A/C de *(preencher com o nome do gerente responsável)*

ÍNDICE

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO.....	4
--	---

COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO

2.4 Projetos Prioritários	3
2.1. Projeto Prioritário de Fortalecimento da Cadeias de Valores de Produtos Florestais (não-madeireiros) e Culturais da TI Apyterewa	3
2.2. Projeto Prioritário de Recuperação e Valorização de Espécies Florestais Nativas nas TIs do Oiapoque	9
2.3 Projeto Fortalecimento de Cadeia de Valores nas TIs do Oiapoque	12
2.4 Projeto Prioritário de Ocupação dos limites como estratégia de proteção da Terra Indígena Wajãpi	15

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS

3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas

B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO.....	18
C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA.....	19
D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO.....	21
E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS	21
F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS.....	21
G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.....	21
H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO	21
I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET.....	21
J) FOTOS DO PROJETO	22
K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO	22
L) ASPECTOS AMBIENTAIS.....	22

A) ATIVIDADES REALIZADAS E GRAU DE EXECUÇÃO FÍSICA DO PROJETO

COMPONENTE 2: IMPLEMENTAÇÃO DE PGTAS, POR MEIO DE PROJETOS LOCAIS DE USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS E DE AÇÕES DE CONTROLE TERRITORIAL NAS SEIS TIS DO PROJETO

Projetos Prioritários de Gestão Territorial e Ambiental (#26, #27, #28)

2.1. Projeto Prioritário de Fortalecimento da Cadeias de Valores de Produtos Florestais (não-madeireiros) e Culturais da TI Apyterewa

2.1.1 Reunião geral com artesãos e artesãs Parakanã sobre Governança e Gestão de negócios sustentáveis de artesanato

2.1.2 Oficina de produção: tradição, inovação e criatividade

Entre os dias 27 de fevereiro e 03 de março de 2019 foi realizada na aldeia Paranapyona, na TI Apyterewa, a Oficina de Artesanato junto às artesãs, artesãos e gestores do Povo Parakanã. Participaram da oficina 47 Parakanã. A temática geral trabalhada é a do fortalecimento e valorização da cadeia produtiva do artesanato, dentro do que foi acordado no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Parakanã Marantapa Xapo. A oficina foi facilitada pela empresa TUCUM, com bastante experiência em comercialização e treinamento de indígenas em artesanato. Visando otimizar recursos e agenda dos Parakanã, os temas de Governança, Gestão de Negócios Sustentáveis Inovação e Criatividade foram tratados na mesma uma mesma oficina de cinco dias .

Antes da equipe da TUCUM entrar na terra indígena, foi realizada uma reunião em na CR Altamira, que contou com a presença da TNC, Funai, representantes da Associação Tato' a, do povo Parakanã e outras lideranças de diferentes aldeias da TI Apyterewa, onde foi apresentada a proposta de trabalho que seria desenvolvida na Oficina.

Na etapa de campo realizada na aldeia Paranopyona, Terra Indígena Apyterewa foram utilizadas metodologias dinâmicas e participativas, buscando a promoção do protagonismo indígena e da autonomia na continuidade do trabalho após a oficina. As particularidades socioculturais do Povo Parakanã, suas expectativas e objetivos foram considerados na proposição e adequação das atividades.

A avaliação final foi de que as atividade voltadas para governança e gestão do negócio social do artesanato Parakanã produziu resultados muito positivos. Como encaminhamento prático - o que é também uma continuidade do processo formativo e de uma relação de uma potencial parceria comercial – a TUCUM deixou junto aos Parakanã uma encomenda de produtos de artesanato para ser entregue pelos gesotores Parakana, com assessoria técnica contratada pela TNC (contrapartida) daqui a alguns

meses. Neste meio tempo, será avaliado e acompanhando os processos associados a esta **compra, ela**, como por exemplo o registro das peças, o envio da mercadoria, o recebimento e distribuição do dinheiro correspondente, a comprovação fiscal da relação de compra e venda. Outra experiência interessante que pode ser articulada pela estrutura de governança e gestão consolidada após a realização da Oficina será a representação do coletivo de artesãs Parakanã na Feira de artesanato que a Funai ajudará a organizar no mês de julho (mas que já foi adiada, pela FUNAI, para o mês de agosto de 2019), em Altamira e na Semana do Extrativismo da Rede de Cantinas do Mosaico de Áreas Protegidas da Terra do Meio, que ocorreu entre os dias 1 a 4 de junho de 2019 em Altamira.

O Relatório desta Oficina bem como sua lista de presença seguirá em anexo a este relatório.

2.1.3 Oficina de produção audiovisual voltada para divulgação e comercialização de produtos da sociodiversidade

A oficina teve duração total de 17 dias, entre 27/02 e 15/03 de 2019, e foi realizada no contexto da Oficina de Artesanato junto às artesãs, artesãos, gestores e cinegrafistas do Povo Parakanã da Terra Indígena (TI) Apyterewa-PA. A etapa da produção audiovisual aconteceu prioritariamente na aldeia Paranapyona, mas a equipe da TUCUM trabalhou e fez imagens ainda em quase todas as demais aldeias da TI Apyterewa.

O objetivo geral da Oficina, como um todo, foi o fortalecimento e valorização da cadeia produtiva do artesanato dentro do que foi acordado no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Parakanã Marantapa Xapo, com foco em comunicação e formação de agentes locais em audiovisual, no trabalho com arte, cultura e artesanato.

A Tucum foi à campo com uma equipe de 5 pessoas, incluindo o indígena Kamikia Kisedje, com vasta experiência tanto na parte de produção documental quanto na parte de formação de agentes indígenas em audiovisual. A presença de outro indígena na equipe, com domínio da técnica audiovisual, foi um elemento incentivador para os monitores Parakanã.

Nos 17 dias da Oficina de Produção Audiovisual Parakanã, foi utilizada uma metodologia de formação prática na qual os jovens Parakanã foram envolvidos nas diversas etapas de cada um dos produtos que estavam sendo desenvolvidos naqueles dias, relacionados à foto e vídeo com foco na temática do arte, artesanato, história e cultura Parakanã. Alguns temas importantes tratados foram:

- Audiovisual como base de apoio para a valorização da auto-imagem e do orgulho da própria cultura;
- Resgate de práticas tradicionais perdidas ou escassas através da imagem;
- Noções básicas de estratégias de comunicação com foco na comercialização dos artesanatos produzidos pelas Parakanã;
- Produção audiovisual como instrumento de ensino e perpetuação de técnicas e saberes para as futuras gerações

Já a oficina de produção de vídeo aconteceu entre os dias 27 de fevereiro e 15 de março. Durante estes dias foram feitas visitas em quase todas as aldeias da T.I. Apyterewa com o objetivo de captar imagens e trabalhar com os cineastas Parakanã no sentido de realizar um mapeamento dos maiores detentores dos conhecimentos tradicionais, sendo a maioria indígenas mais velhos que nasceram antes da época dos primeiros contatos com os Toria.

A chegada às comunidades foi marcada por encontros na casa de reuniões e muitas vezes as artesãs já traziam seus artesanatos, mostrando que já estavam cientes do motivo da nossa visita.

Em um contexto marcado por constantes invasões na TI Apyterewa, o domínio das técnicas de audiovisual pelos jovens cinegrafistas indígenas mostra-se uma potente ferramenta de luta e resistência na manutenção da cultura do Povo Parakanã e preservação do território. O componente de fortalecimento de atividades de geração de renda através de ferramentas do audiovisual também foi bem compreendida. Para os mais velhos é razão de orgulho poder registrar a própria história, eternizar sua palavra em arquivos de vídeo, com o intuito de preservar conhecimentos fundamentais da cultura Parakanã que correm risco de se perder com o tempo. Os jovens cineastas são muito interessados em seguir se formando, se apropriando cada vez mais dessa ferramenta para produzir o próprio material audiovisual com a finalidade de fortalecer e valorizar a cultura de seu povo, e também de dar visibilidade à luta política.

O relatório da oficina, bem como fotos tratadas e filmes de 1 a 3 minutos de duração produzidos durante o evento encontram-se em anexo a este relatório.

2.1.4 Melhoria da capacidade de gestão administrativa, financeira e documental dos produtos culturais e do artesanato

Este trabalho foi realizado no âmbito da realização da Oficina de Artesanato junto às artesãs, artesãos e gestores do Povo Parakanã da TI Apyterewa, que aconteceu prioritariamente na aldeia Paranapyona entre os dias 25 de fevereiro e 03 de março de 2019. Teve como objetivo traçar um diagnóstico geral dos produtos produzidos pelos Parakanã e uma proposta de coleção Parakanã, com sugestões criativas, e a produção de um Catálogo do Artesanato Parakanã.

Destacamos a metodologia utilizada na qual cada artesã expõe seus produtos, como em uma feira. A atividade permite à equipe e aos participantes uma análise situacional sobre a produção de artesanato e outros aspectos da realidade produtiva representados na ocasião. A equipe da Tucum, que facilitou o processo, selecionou algumas peças que serviriam como referências para as conversas e análises participativas. Foram tratados temas como a conservação das peças, que é uma exigência para que os produtos produzidos tenham um bom potencial de vendas. No seguimento desta conversa, e quando convidadas a falar sobre suas expectativas e as prioridades em relação a estruturação da cadeia produtiva do artesanato, as artesãs parakanã destacaram a necessidade de terem uma "casa do artesanato", um local apropriado para produzir e armazenar os produtos. Todas que fizeram uso da palavra citaram este ponto - o que de alguma forma legitima a priorização local da demanda. Neste sentido, foi reformada uma casa na Aldeia Xingu (obra feita pela empresa Nogueira S/A), na aldeia Xingu para servir de apoio à gestão do artesanato e patrimônio cultural do povo Parakanã. Esta Unidade foi também equipada com mobiliário, computador e impressora.

Havia também um outro ponto que precisava ser fortalecido, que é o sentimento de "pertencimento" do processo pelas artesãs. Foram então escolhidas duas mulheres que viam este perfil: Wenatoa, uma jovem da aldeia Apyterewa, e Kwataria, da aldeia Paranopyona, fechando assim um importante elemento para o sentimento de pertencimento.

A arte e o artesanato Parakanã impressionam pela originalidade e beleza. Foi constatado pela equipe da TUCUM um grande potencial de absorção pelo mercado nacional e internacional. Há uma impressionante dedicação e um verdadeiro gosto das mulheres pelo fazer artesanal, e o interesse bem nítido no artesanato como fonte de geração de renda.

Como forma de apoiar os Parakanã na comercialização de seu artesanato, a equipe da TUCUM fez uma avaliação de cada um dos produtos produzidos pelos e elaborou catálogo, como um dos produtos da consultoria, para apoiar a comercialização destes produtos.

O catálogo produzido e o relatório desta atividade encontram-se em anexo.

2.1.5 Articulação da Produção entre lideranças e gestores Parakana da cadeia de valor e monitoramento territorial e ambiental

2.1.6 Oficina e Expedição de Práticas Extrativistas e Conhecimento Tradicional sobre Cumarú e Copaíba

2.1.7 Formação de Gestores Parakanã em Produtos Não-madereiros

2.1.8 Articulação e Gestão do Escoamento e Comercialização

Com o objetivo de apoiar as cadeias de comercialização de produtos não-madereiros da TI Apyterewa, a TNC contratou a empresa Mapia, que demonstrou experiência nesta atividade. Este apoio deu-se majoritariamente na cadeia da castanha da safra 2019, produto que os Parakanã começaram a comercializar de forma mais sistemática em 2018 (jpa com apoio da TNC).

Durante as conversas realizadas nas dez aldeias foram abordados os seguintes assuntos: informe sobre o capital de giro disponível no paiol para realizar o pagamento imediato das castanhas entregues, sondagem se havia castanhas coletadas nas aldeias para aquisição imediata e condução até o paiol, se havia também alguém interessado em realizar mais buscas nas áreas de coleta, informe que não haveria mais combustível disponível para a coleta de castanha no sistema de reposição com produtos coletados e ou pagamento, informe que a equipe ficará disponível na aldeia Apyterewa para sanar dúvidas e realizar o acompanhamento dos fluxos, se houver alguém interessado em trabalhar com a coleta de frutos do cumarú a comunidade.

A castanha do Pará, por se tratar de um produto florestal, é natural que a produção sofra oscilações, e houve uma forte queda na disponibilidade de castanha entre os anos de 2018 e 2019. Esta queda ocorreu em toda a Amazônia brasileira.

Assim sendo, a safra da castanha para o ano de 2019 na Terra Indígena Apyterewa, registrou uma redução de cerca de 96% em relação a 2018, o que acabou impactando diretamente a renda dos indígenas. Enquanto na última safra o total registrado no paiol foi de 700 caixas, para este ano foram coletados apenas 27 caixas de castanhas que resultou na produção de aproximadamente 600 kg, valor bastante inferior aos 7.800 kg da safra anterior.

O valor total pago aos castanheiros foi de R\$ 2.160,00. O paioleiro foi remunerado pelo gerenciamento da produção no valor R\$ 8,00 por cada caixa de castanha, o que resultou no R\$ 216,00.

A TNC apoiou o funcionamento do paiol com cerca de R\$ 2.802,00 no fornecimento de suprimentos, tais como 410 litros de gasolina que foram destinados ao deslocamento dos indígenas aos castanhais, 12 litros de óleo polpa na manutenção dos motores rabetas e 2 sacos de farinha.

Em relação ao envolvimento dos indígenas na safra da castanha, apenas 5 aldeias (Apyterewa, Kato, Paranopiona, Raio de Sol e Paredão) representadas por 19 famílias conseguiram realizar a coletar e entregaram a produção de castanha no paiol durante o período desta safra. No ano de 2018, houve a participação de 39 famílias de 7 aldeias (Apyterewa, Itamarata, Kato, Paranopiona, Pipi, Raio de Sol e

Xahytata).

É importante destacar que durante as safras de 2018 e 2019, as aldeias Xingu e Paranopytoga não entregaram qualquer produção de castanha ao paiol, deste modo, se faz necessário uma investigação mais profunda sobre os reais motivos da não participação dessas comunidades no processo.

Como resultado da parceria entre TNC e a Rede de Cantinas da Terra do Meio, que forneceu um adiantamento no valor de R\$ 8.000,00 como capital de giro. A quantia foi utilizada no pagamento de toda a produção da castanha do paiol da TI Apyterewa e o pagamento do paioleiro, o restante do valor (R\$ 5.624,00), posteriormente foi restituído para rede de cantinas. O IGATI forneceu também os insumos necessários (combustível, alimentação e fretes) para efetivar o processo de comercialização da safra 2019

Mesmo com os resultados da comercialização não atingindo um valor monetário considerável, a consultoria da Mapia, passando por todas as aldeias e conversando com os Parakanã sobre os passos da cadeia, fazendo o treinamento dos paioleiros e ajudando a quantificar os números das vendas, foi bem proveitosa para a organização social dos Parakanã e para prepara-los para se inserirem mais, e com mais capacidades, nas cadeias produtivas da Terra do Meio. O aporte do IGATI na infraestrutura e equipamentos para armazenamento e gestão da comercialização dos produtos produzidos pelos Parakanã foi também um importante apoio para as próximas atividades.

No que se refere a coleta de Cumarú, o assunto foi abordado em todas as aldeias durante a passagem dos consultores da Mapia. Os indígenas comentaram que já tiveram a experiência de trabalhar com a comercialização de cumarú e, segundo eles, é um produto com bastante potencial para ser incluído nos projetos e ser tornar uma fonte de renda alternativa para as famílias nos intervalos da produção de castanha até mesmo quando não houver produção. Foi uma abordagem inicial, já que no período só foi possível focar na comercialização da castanha. Mas, com o trabalho de incremento na infra-estrutura, capacitação dos paioleiros e de fortalecimento da organização social feito com a comercialização da castanha, foram desenvolvidas as principais bases para que os Parakanã também possam desenvolver a venda do cumarú em escala comercial.

Os relatórios da atividade e um power-point do processo, em uma linguagem acessível, produzidos pela consultoria da Mapia, encontram-se em anexo a este relatório

2.1.9 Capacitação em Mecânica Geral

Esta atividade não foi realizada em virtude da falta de tempo hábil na agenda dos monitores Parakanã dentro do tempo de execução do Projeto

2.1.10 Melhora da Infraestrutura para Gestão da Cadeia de Produtos Florestais Não-madeiros

A empresa Nogueira S/A fez as reformas em duas casas existentes 1 na aldeia Apyterewa e 1 na aldeia Raio de Sol. Esses dois espaços estão abrigando as Unidades Parakanã de Produção (UPP) e já estão sendo utilizadas pelos gestores indígenas (paióis/cantineiros, agentes ambientais, dirigentes da Associação Tato'a e lideranças) em atividades de gestão administrativa, financeira, documentação e comercialização dos produtos florestais não madeiros. Esses espaços também são utilizados para a realização de oficinas e reuniões do núcleo técnico do PGTA Parkanã. As UPPs foram equipadas com

mobiliários (computadores, impressora, 04 HDs externos, 01 fogão 04 bocas; 01 freezer; 01 bebedouro).

As fotos das reformas encontram-se em anexo

2.1.11 Melhoria da Infraestrutura para Armazenamento e Comercialização da Produção de Produtos Não-Madereiros

A reforma de 1 paiol na Reforma de 1 paiol na Aldeia Apyterewa, que irá para abrigar os produtos coletados pelas famílias Parakanã bem como swervirá para treinamento de paioleiros Parakanã na entrega da colheita feita pelas famílias. A reforma foi feita pela empresa Nogueira S/A .

2.1.12 Fortalecimento da Estrutura de escoamento de Produtos Não-madereiros da TI Apyterewa

Foram adquiridos 1 embarcação (casco) modelo canoa 8400 e um 1 motor de popa 15HP 2 Tempos. Estes equipamentos estão sendo usados para apoio ao escoamento da produção agrícola e comercialização da produção dos Parakanã nas cidades de São Felix do Xingu e Altamira.

2.2. Projeto Prioritário de Recuperação e Valorização de Espécies Florestais Nativas nas TIs do Oiapoque

2.2.1 Realizar oficina de manejo florestal comunitário de base familiar para indígenas das Terras Indígenas do Oiapoque

2.2.2 Realizar o zoneamento de espécies florestais matrizes e coleta de sementes florestais

Ações de gestão ambiental nas Terras Indígenas do Oiapoque por meio de ações de valorização de espécies florestais nativas de importância cultural e econômica para os Povos Indígenas do Oiapoque

As atividades tiveram como público alvo os AGAMIN, vistos como agentes multiplicadores das ações de implementação do PGTA nas TIs de Oiapoque. A preocupação com a escassez e mesmo desaparecimento de certas espécies florestais de importância cultural e econômica para povos indígenas do Oiapoque, vem sendo apontada pelas lideranças desde a elaboração do PGTA. No âmbito deste projeto, foi possível avançar em um projeto piloto de trabalho com zoneamento de matrizes, coleta de sementes e produção de mudas, visando a recuperação de áreas degradadas e também a multiplicação dessas espécies.

2.2.3 Oficina de manejo florestal comunitário de base familiar para indígenas das Terras Indígenas do Oiapoque

2.2.4 Realização de zoneamento de espécies florestais matrizes e coleta de sementes florestais

Do dia 21 de janeiro a 02 de fevereiro de 2019, foi realizada a oficina de práticas de manejo sustentável, com foco no manejo florestal comunitário, no Centro de formação do 18km (TI Uaçá), com a presença de 40 agentes ambientais indígenas. Foram abordadas diferentes perspectivas sobre estratégias de conservação da agrobiodiversidade, pensando na contribuição dos povos indígenas para a manutenção da floresta em pé, com foco no manejo de espécies florestais com importância cultural e econômica, para produção de artefatos, uso medicinal, para a alimentação, e comercialização.

Discutiu-se sobre o manejo de baixo impacto do açai e também a necessidade de monitoramento das práticas de manejo, a fim de avaliar sua implementação e poder solucionar possíveis problemas.

A partir das cadeias produtivas e da pesquisa desenvolveu-se uma reflexão sobre possíveis gargalos e pontos de melhoramento da produção e venda. Assim, os AGAMIN elaboraram dois pequenos projetos visando melhorar a situação: 1. Feiras de trocas de variedades – visando resgatar espécies e variedades nas TIs de Oiapoque – sendo a primeira delas realizada na Assembleia na aldeia Kumarumã; 2. Feira itinerante de venda dos produtos indígenas na cidade de Oiapoque – visando agregar a identidade indígena e valor aos produtos vendidos. O projeto da feira foi levado adiante pelos AGAMIM e ela foi realizada, como uma primeira experiência, em 16 de abril, na área externa do Museu Khuahi, na cidade do Oiapoque. O IGATI apoiou a iniciativa adquirindo barracas para a exposição dos produtos. A experiência da feira foi bem muito bem recebida, com vários pontos positivos, como: quantidade das vendas (praticamente todos os produtos levados foram vendidos); o preço conseguido foi mais alto do que quando os produtos eram comprados nas aldeias por atravessadores: Visibilidade para os povos indígenas e diálogo com a população do Oiapoque.

Ainda na Oficina de práticas de Manejo Sustentável, realizou-se aula teórica sobre o conceito de zoneamento e sua importância para a coleta de sementes e produção de mudas para recuperação de espécies florestais escassas e ameaçadas. Discutiu-se as características de cada espécie e elaborou-se fichas de zoneamento, com objetivo de aprimorar a identificação das árvores, como também elaborar mapas temáticos e um calendário de coleta das sementes.

Houve uma saída de campo para realização da atividade de zoneamento de matrizes florestais na Aldeia Kuahi (localizada no 21km da BR156), onde o grupo identificou 70% das espécies prioritárias elencadas anteriormente: 1. Acapu, 2. Andiroba, 3. Angelim, 4. Pau Rosa, 5. Pequiá, 6. Louro, 7. Iaiá, 8. Cedro, 9. Cupiuba, 10. Maçaranduba. Além de identificar as espécies, entrevistou-se um conhecedor indígena sobre o comportamento das mesmas, a fim de elaborar o calendário da floração, para possibilitar a coleta das sementes. Como a maior parte delas não estava com sementes, o encaminhamento foi que cada um dos agentes realizasse esse trabalho de identificação, coleta das sementes e produção de mudas nas suas aldeias.

Vê-se este projeto como piloto de uma atividade potencial para recuperação de espécies florestais e também, futuramente, para geração de renda. O Projeto também adquiriu mudas para experimento das atividades de manejo

Um relatório detalhado das aulas e a lista de participantes encontra-se em anexo.

2.2.5 Realizar uma campanha sobre o consumo de produtos industrializados nas comunidades indígenas

2.2.6 Capacitar indígenas na reciclagem do lixo orgânico com aproveitamento para adubação

A problemática dos resíduos sólidos foi discutida como um problema dentro e fora das aldeias indígenas, e que está diretamente ligado com outras questões, como aumento do consumo de produtos industrializados nas TIs, poluição do solo e igarapés, reprodução de vetores de doenças endêmicas, entre outros. O tema vem sendo abordado pelos agentes ambientais indígenas em suas regiões, visando realizar ações de educação ambiental nas suas aldeias com foco na implementação de um sistema integrado de gestão dos resíduos sólidos nas Terras Indígenas do Oiapoque.

As atividades realizadas no âmbito deste projeto contribuíram para a elaboração do diagnóstico situacional e do plano de gestão, desenho de tecnologias sociais a serem implementadas em aldeias modelo, produção de materiais de divulgação e pedagógicos para apoiar as ações dos AGAMIN nas aldeias e na interlocução com o entorno das TIs. O tema foi pautado e estudado pelos agentes ambientais indígenas, que realizaram uma atividade de monitoramento dos resíduos sólidos em suas aldeias, fazendo registro audiovisual da situação dos resíduos sólidos e elaborando etnomapas temáticos. A partir deste diagnóstico situacional, foi elaborado um plano de trabalho fazendo uso de tecnologias sociais específicas para a região (Ponto de Entrega Voluntário – PEV, composteira para casas comunitárias, tratamento de água cinza e horta orgânica), a serem implementadas primeiramente em aldeias modelo, localizadas na BR156.

A campanha foi realizada em duas etapas, primeiramente em setembro de 2018 e depois em janeiro de 2019, através de um itinerante nas aldeias Curipi, Tukay e Ywawká (localizadas na BR156) onde foram realizadas palestras sobre a questão dos resíduos sólidos e também a elaboração de planos de ação junto às comunidades, a fim de avançar em um projeto piloto exemplar de gestão dos resíduos sólidos, transformando o problema dos resíduos em um potencial de geração de renda e articulação institucional. O IGATI apoiou a confecção de um banner (em anexo) e de Spots de rádios (com texto também em anexo) para divulgação nas aldeias.

Além disso, no dia 30/01, os agentes ambientais indígenas realizaram visita à lixeira pública do município de Oiapoque, localizada a menos de 2km do centro da cidade e que se configura como um aterro a céu aberto, fora dos padrões exigidos pela legislação ambiental. Na visita guiada pelo Secretário de Meio Ambiente do Município de Oiapoque, apresentou-se que aquele não era o local adequado e que estão estudando outro local para instalação de um aterro controlado. Os AGAMIN presentes manifestaram sua preocupação que o aterro seja construído na rodovia próxima às Terras Indígenas, pois isso afetaria não só as aldeias que localizam-se na margem da BR156, mas também as nascentes dos principais rios que adentram as TIs estariam ameaçados. Reiteraram também o direito à consulta prévia, caso haja um empreendimento como este que possa afetá-los.

Por fim, foi produzida uma cartilha (em anexo) com conhecimentos sistematizados sobre resíduos sólidos e o plano integrado de gestão dos resíduos nas aldeias do Oiapoque, a partir da discussão com os AGAMIN. Também será impresso um banner de identificação e classificação dos resíduos para as aldeias e spots de rádio divulgando o trabalho com os resíduos sólidos.

2.2.7 Realização de curso para 52 indígenas (um de cada aldeia das TIs do Oiapoque) sobre técnicas alternativas de manejo e enriquecimento de capoeiras ou manejo agroecológico do solo

Entre os dias 14 e 19 de janeiro, no Centro de Formação dos Povos Indígenas do Oiapoque, com facilitação do lepé e novamente com foco nos agentes ambientais indígenas (representantes das aldeias das cinco regiões do Oiapoque), o curso sobre técnicas alternativas de manejo e enriquecimento de

capoeiras ou manejo agroecológico do solo, teve como foco a agrofloresta, enquanto alternativa que dialoga com os conhecimentos dos povos indígenas. O enfoque foi na sistematização dos conhecimentos indígenas sobre o comportamento das plantas e as formas de cuidá-las, trazendo um diálogo com a agrofloresta para pensar nas alternativas possíveis em um contexto de terras limitadas. Foi apresentado o andamento dos pequenos experimentos agroflorestais que os AGAMIN estão realizando nas aldeias e também foram realizadas novas intervenções na parcela do Centro de Formação. Uma das avaliações sobre os experimentos foi que o resultado mais visível foi à recuperação do solo, através da cobertura vegetal e adubação verde. Também foi discutida a adubação orgânica produzida a partir da casca da mandioca, tendo inclusive experimentos realizados com este uso.

Falou-se sobre a produção de mudas de espécies florestais, assim como a coleta de sementes. Inclusive, durante o curso, houve um momento de intercâmbio com os brigadistas do PRevFogo que relataram seu trabalho de produção de mudas para recuperação de áreas afetadas pelo fogo, nas terras indígenas. Visitou-se inclusive o viveiro de mudas produzidas por eles, no Centro de Formação, o qual eles entregaram para os AGAMIN seguirem o trabalho.

Também foi feita uma reflexão sobre a importância de um diagnóstico inicial de cada aldeia, para elaborar um plano e experimento que esteja diretamente ligado aos problemas encontrados, considerando as diferenças entre aldeias menores e maiores, a proximidade ou não da cidade, áreas de campos alagados ou terra firme, etc. Concluiu-se assim que os projetos de recuperação de solo e áreas degradadas dependem de cada situação e a própria agrofloresta pode ter diferentes contornos, dependendo da especificidade de cada situação. Neste sentido, também foi apresentada a experiência de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre, discutida com os AGAMIN, sendo o filme “A gente luta, mas come fruta” (VNA, 2006) disparador de reflexões sobre gestão territorial e ambiental nos dois contextos.

3.2 Implantação de um experimento piloto para enriquecimento de uma área de capoeira ou recuperação de uma área degradada, em cada uma das aldeias, a partir das técnicas de manejo agroecológico do solo (roça sem queima; adubação verde, etc).

Cada agente ambiental indígena (AGAMIN) implementou em sua aldeia um experimento de agrofloresta, visando recuperar e enriquecer uma área. De diferentes formas e contando com a escolha de diferentes espécies, os AGAMIN têm dado continuidade ao experimento, utilizando as novas técnicas aprendidas. Além disso, tem ocorrido a manutenção de um experimento no Centro de Formação dos Povos Indígenas do Oiapoque, com intervenções semestrais, de plantio de novas espécies, poda para cobertura vegetal do solo, manejo das bananeiras, entre outros. Inclusive já foram retirados alimentos desta parcela para as atividades realizadas no local.

2.3 Projeto Fortalecimento de Cadeia de Valores nas TIs do Oiapoque

2.3.1 Oficina sobre a cadeia de valor do artesanato indígena

2.3.2 Intercâmbio sobre comercialização do artesanato indígena

Estas duas atividades foram realizadas de forma comcomitante; uma oficina e um intercâmbio sobre a cadeia de valor do artesanato indígena, contemplando três focos de discussão da produção à comercialização: a) manejo da matéria prima e gestão ambiental, pensando na sustentabilidade da produção dos artefatos; b) valorização dos conhecimentos indígenas, importância da transmissão dos saberes e troca intergeracional; c) discussão sobre a comercialização, levantamento sobre a venda e conversa sobre as diferentes camadas de valor das peças. A oficina foi realizada na região do Rio **Urucauá**, conforme previsto, e contou com a participação de indígenas das outras regiões, consolidando também a proposta do intercâmbio interno entre os diferentes povos das TIs de Oiapoque

A oficina/intercâmbio foi realizada entre os dias 06 e 09 de fevereiro, na aldeia Kumenê, região do Rio Urukawá, TI Uaçá, tendo como foco principal a elaboração de artefatos Palikur-Arukwayene, com os objetivos de: promover a transmissão de saberes e discutir o conceito de cadeias de valor dos artefatos indígenas. Durante os três dias, participaram cerca de 80 pessoas das regiões do Rio Urukawá, do Rio Uaçá, do Rio Curipi e da BR 156

O relatório da consultora Roselis Mazurek (empresa Takahi), que facilitou os processos da oficina e do intercâmbio; o relatório do Iepé, que organizou e acompanhou as atividades, e as listas de presença da oficina encontram-se em anexo a este relatório.

2.3.3 Oficina de boas práticas de manejo do açaí

2.3.4 Realização de mutirões de manejo do açaí

A oficina de boas práticas de manejo de mínimo impacto de açais nativos foi realizada na Aldeia Açaisal (Terra Indígena Uaçá), nos dias 13 a 16 de fevereiro de 2019. A Oficina foi executada em duas ações de aula teórica e aula prática nas parcelas já manejadas. Participaram das atividades jovens, lideranças e agentes ambientais (AGAMIN) do Rio Curipi, BR156 e Rio Oiapoque, como também representantes da FUNAI, da TNC e do Iepé.

A oficina foi conduzida por Amiraldo Picanço, compartilhando a experiência do Bailique/AP na comercialização do açaí e outros produtos da floresta, através da cooperativa Amazonbai, tendo se tornado uma das principais fontes de renda das famílias na região

Foram também realizados mutirões para abertura de novas parcelas de açaí e intervenção em parcelas já manejadas nas regiões do Rio Uaçá, BR156 e Rio Oiapoque. Antes da implementação da atividade, foi feita uma aula teórica com os Agentes Ambientais do Oiapoque (AGAMIM) sobre a técnica de manejo de baixo impacto dos açais, conduzida por Joenes Pereira, engenheiro florestal da FUNAI.

2.3.5 Capacitar indígenas para a manutenção de veículos

Esta atividade não foi realizada pela falta de oferta de cursos no município de Oiapoque no período do projeto abrangido pelo Projeto.

2.3.7 Realizar uma assembleia geral das Terras Indígenas do Oiapoque com enfoque na produção indígena

A XXVII Assembleia de Avaliação dos Povos e Organizações Indígenas do Oiapoque aconteceu entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2019, na Aldeia Kumarumã, TI Uaçá, Oiapoque/AP. Estiveram presentes lideranças Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kalinã e Palikur-Arukwayene, representadas pelo Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) e demais organizações indígenas locais.

Assembleia contou com a presença de aproximadamente trezentas pessoas, indígenas e não indígenas.

A pauta da Assembleia tratou de assuntos relacionados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas do Oiapoque, com a presença do CCPIO, TNC, Iepé, RURAP, AGAMIN, FUNAI, SEPI, entre outros, gerando debates a respeito das ações de vigilância e monitoramento, da formação dos AGAMIN, dos projetos andamento e possibilidades de propostas futuras. Foi também abordada a temática “Produção e segurança alimentar”, trazendo a discussão sobre o manejo e as cadeias de valor de espécies da agrobiodiversidade, a partir da fala de Sedrick Anica e Mayke Oliveira (Agentes ambientais indígenas) sobre os dois projetos que estão propondo nas TIs de Oiapoque: uma feira de trocas, visando o resgate e conservação de variedades de espécies da agrobiodiversidade, caras aos povos indígenas; e uma feira de vendas no Oiapoque, visando agregar valor e identidade aos produtos indígenas no município.

Um relatório e a lista de presença da Assembleia encontra-se em anexo.

2.3.8 Realizar ações de divulgação e marketing dos produtos agrícolas indígenas das Terras Indígenas do Oiapoque para fortalecimento dos produtos agroextrativistas indígenas.

Foram elaborados três materiais de divulgação (banners) dos produtos indígenas, visando seu fortalecimento e valorização, a partir das discussões desenvolvidas junto aos Agentes Ambientais Indígenas (AGAMIN). O objetivo é que os materiais sejam utilizados nas feiras de venda nas aldeias da BR156, nas feiras itinerantes realizadas no município de Oiapoque, e nas feiras de trocas de variedades.

Uma amostra do material produzido encontra-se no Relatório do Iepé, que acompanhou o desenvolvimento da atividade, encontra-se em anexo.

2.3.9 Melhorar a produção da farinha nas Terras Indígenas do Oiapoque

Foram adquiridos os materiais necessários para a reforma de 7 casas de farinha das aldeias Samaúma; Estrela; Taminã; Jodef; Manaú; Flamã; Paramotá. A mão de obra para as reformas foi das próprias comunidades.

2.3.10 Capacitar 20 indígenas para produção de ração regionalizada

Esta atividade não foi realizada por falta de agenda .

2.4 Projeto Prioritário de Ocupação dos limites como estratégia de proteção da Terra Indígena Wajãpi

2.4.1 Ampliação do sistema de energia fotovoltaico do Centro de Formação e Documentação Wajãpi (CFDW)

2.4.2 Renovação do banco de baterias existente do sistema fotovoltaico do CFDW

O projeto adquiriu e instalou todo um novo sistema de energia fotovoltaica do Centro de Formação e Documentação Wajãpi (CFDW), além de renovado todo o banco de baterias, uma vez que o existente já se encontrava esgotado. O CFDW é um local bem importante na TI Wajãpi, pois é onde os Wajãpi realizam todas as suas reuniões e capacitações, o que faz com que o centro tenha atividades praticamente todo o ano. Com a renovação e ampliação do sistema, o IGATI pode atender a uma importante reivindicação do Povo Wajãpi.

2.4.3 Inclusão de aldeias situadas em locais estratégicos para a vigilância da TIW no sistema de comunicação via radiofonia que interliga as aldeias, as organizações wajãpi, a Funai e a SESA

Os equipamentos de comunicação, 13 aparelhos, foram adquiridos pelo projeto com o objetivo de apoiar a atividade de proteção territorial, facilitando as notificações e a rápida mobilização para coibir invasões e outros atos ilícitos. Por fim, a renovação e ampliação dos equipamentos de energia solar do CFDW vai permitir que as diretorias das organizações e o Núcleo Técnico de Acompanhamento do PGSATIW trabalhem mais próximo às comunidades, comunicando-se e interagindo melhor com elas

2.4.4 Intercâmbio com castanheiros da RDS do Iratapuru, situada no limite sul da TIW, e realização da segunda expedição conjunta de vigilância na região dos rios Jari e Mukuru e oficinas para confecção de pequenas embarcações de madeira na região do Inipuku/Mukuru com os castanheiros e/ou indígenas do Oiapoque

Entre os dias 03 e 30 de setembro de 2018 foi realizada uma viagem fluvial pelo rio Jari até a aldeia Mukuru, situada junto à foz do igarapé de mesmo nome, que marca a linha divisória entre a Terra Indígena Wajãpi e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. A atividade foi desenvolvida depois de algumas reuniões preparatórias que entre a Awatac, Apina, TNC, Funai, Sesai, Iepé, Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru e lideranças das comunidades da RDS do Rio Iratapuru. O grupo que participou da expedição foi composto por quatro representantes dos Wajãpi, oito indígenas do Oiapoque, oito castanheiros do Iratapuru, dois servidores da Funai, um técnico de enfermagem da Sesai e um assessor indigenista do Iepé. Foram seis dias e meio de subida pelo rio Jari, em dois batelões conduzidos pelos castanheiros.

O grupo permaneceu na aldeia Mukuru entre os dias 11 e 25 de setembro, desenvolvendo diferentes trabalhos. Os oito castanheiros que foram responsáveis pela condução das embarcações da vila de São Francisco do Iratapuru até a aldeia Mukuru, reconhecidos pela maestria na confecção artesanal de canoas

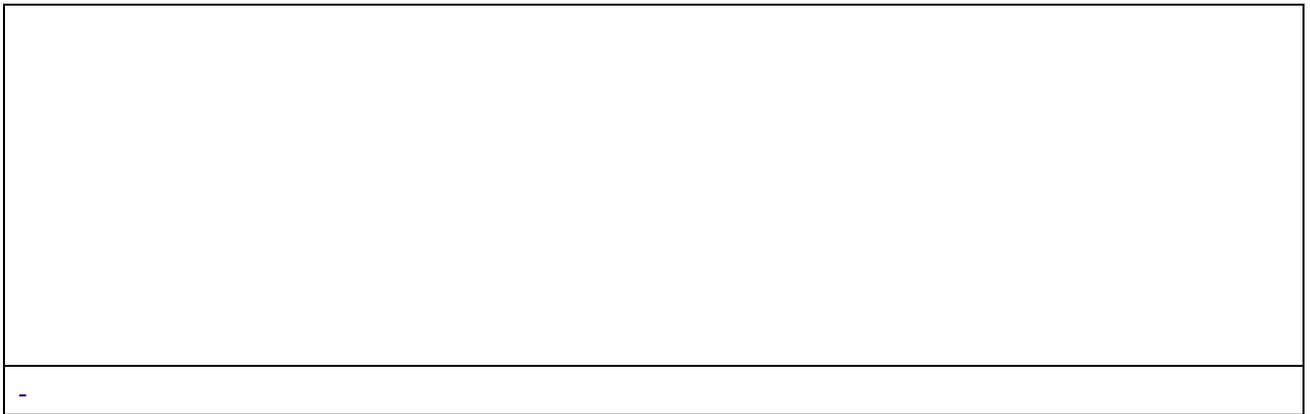
de madeira, foram convidados para ministrar oficinas para ensinar suas técnicas aos Wajãpi. A primeira oficina foi realizada entre os dias 12 e 19 com participação dos jovens Masakão e Sinu (agentes socioambientais), Kaparuiky, Karawaira e Moraja (filho do cacique Piriri). Eles acompanharam a montagem de 3 canoas, participando de algumas etapas, e fizeram uma canoa com a supervisão dos castanheiros. A segunda oficina aconteceu após a chegada dos grupos do Aramirã, Karavovõ e Mariry no dia 19, num total de aproximadamente 50 pessoas. Participaram desta segunda etapa o agente socioambiental Marãte e o agente de saúde Wajamanã. Como resultado do trabalho realizado nas oficinas, foram entregues seis canoas de 6 metros de comprimento, equipadas com motores de popa adquiridos pelo projeto, aos representantes das aldeias Mukuru, Tukuipuku, Parijaka, Karavovõ, Okarã e Ytawa. As canoas motorizadas possibilitarão a comunicação fluvial entre as aldeias, o acesso de seus moradores ao posto de atendimento do Mukuru e a realização de expedições de vigilância e fiscalização nessa região.

A expedição e toda a mobilização dos Wajãpi na região durante o verão constituíram uma oportunidade para a vigilância territorial e os equipamentos de transporte adquiridos vão possibilitar sua continuidade nos próximos anos. O estreitamento dos laços entre os Wajãpi e seus vizinhos castanheiros também é um resultado importante para a proteção territorial da região.

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO DE REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS E DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS RELACIONADAS

3.4 Fortalecimento Institucional de Organizações Indígenas

Apesar do IGATI ter, praticamente, executado atividades relativas à implementação dos Projetos Prioritários no período de janeiro a abril de 2019, foi necessário manter a Consultoria de Fortalecimento Institucional (FI) das organizações Abex e IBKRIN, dos Xikrin. O motivo foi que estas organizações já estavam se estruturando para fazer a gestão da safra 2019 da cadeia da Castanha, cujo período de coleta e comercialização começa em meados de janeiro e vai até junho. Um interrupção no trabalho da consultora de FI poderia comprometer todo o trabalho de preparação feito com as duas organizações para a gestão da safra, administração do Capital de Giro e logística de escoamento da produção. Os relatório da Consultora Sâmya Brazão, com detalhamento do trabalho realizado está sendo enviado como anexo



Grau Percentual de Execução Física

A planilha “Grau Percentual de Execução Física” está representada na Planilha Excel acima (necessário clicar na planilha para abri-la).

Grau Percentual de Execução Física

Preencher a tabela conforme a seguinte legenda:

Indicar, na coluna “% Execução Física Realizada”, o percentual de execução física já realizado até o momento, utilizando critérios ou metodologia de cálculo adequados ao projeto

PRODUTO/SERVIÇO ↓	% Execução Física Realizada
Produto 1.1.1 - Elaboração dos PGTAs das Tis Trincheira Bacajá, Apyrerewa e Wajãpi e atualização dos PGTAs das Tis Galibi, Juminã e Uaçá	
Produto 1.1.2 - Elaboração de Planos de Sustentabilidade Econômica dos PGTAs com diagnóstico de investimentos mínimos e de fontes de recursos para seus financiamentos	
Produto 1.2.1 - Formação continuada de 60 técnicos da Funai, MMA e órgãos estaduais e municipais	
Produto 1.2.2 - Formação de Gestores ambientais indígenas e fortalecimento das estruturas locais de controle social	

Produto 1.2.3 - Fortalecimento institucional das organizações indígenas para condução de Gestão administrativa-financeira de PGTA's	
1.3.1 - Estruturação e capacitação de equipes comunitárias e apoio à realização de expedições de vigilância	
1.3.2 - Estruturação de monitoramento ambiental participativo e informatizado das Tis por meio de redes locais articuladas com gestores de fiscalização da Funai	
1.3.3 - Promoção de acordos formais de vizinhança para ordenamento e gestão integrada do Território no entorno das Tis	
2.1.1 - Implementação de Projetos comunitários locais e de manejo e uso sustentável de recursos naturais	
TOTAL DO PROJETO	

B) PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS REFERENTES À INSTITUIÇÃO

Informar aqui atualizações relevantes referentes à instituição beneficiária e outras instituições participantes do projeto, como, por exemplo: novos projetos, novas parcerias, novas fontes de recursos, alterações no estatuto social, mudanças na diretoria, alterações nas informações de contato, etc.

Não houve nenhum acontecimento relevante no período relatado

C) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

O Cronograma de Execução Física atualizado da operação deve ser preenchido na planilha “Cronograma de Execução Física”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo. O beneficiário deverá marcar em “Previsto” o último cronograma acordado com o BNDES e, em “Realizado”, o efetivamente executado.



Cronograma de Execução Física

A planilha “Cronograma de Execução Física” está representada na figura abaixo.

O cronograma atualizado encontra-se na Planilha acima (necessário clicar nela para abrir)

PRODUTO/SERVIÇO ↓	Previsto/ Realizado	DURAÇÃO EM TRIMESTRES															
		T01	T02	T03	T04	T05	T06	T07	T08	T09	T10	T11	T12	T13	T14	T15	T16
Componente 1: Elaboração/atualização de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) e de planos de sustentabilidade financeira para as seis Terras Indígenas (TIs) do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*								
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								
Componente 2: Implementação de PGTAs, por meio de projetos locais de uso sustentável de recursos naturais e de ações de controle territorial nas seis TIs do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								
Componente 3: Fortalecimento institucional e técnico de representações indígenas e de instituições públicas relacionadas	Previsto			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado			*	*	*	*	*	*								
Componente 4: Comunicação e articulação para disseminação de informações e experiências com o desenvolvimento e a implementação de PGTAs	Previsto			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado			*	*	*	*	*	*					*	*	*	*
Componente 5: Gestão do Projeto	Previsto	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
	Realizado	*	*	*	*	*	*	*	*								

Em caso de mudanças no Cronograma de Execução Física “realizado” em relação ao “Previsto”, informar aqui as ocorrências que suscitaram tais mudanças, como eventuais adiantamentos ou atrasos na execução de obras, problemas em processos licitatórios, etc.

Este relatório cobriu o período de janeiro a abril de execução do Projeto IGATI. Neste período, foram praticamente só executadas atividades dos projetos prioritários de PGTA das TI Apyterewa (1 projeto), Oiapoque (2 projetos) e Wajãpi (1 projeto). Faz-se necessário lembrar que foi solicitada ao Fundo Amazônia uma extensão de cinco meses do prazo original de término do IGATI a fim de que houvesse mais tempo para a execução dos projetos prioritários pois houve muita demora para a TNC conseguir as autorizações de execução da Funai. O longo tempo entre a formulação dos projetos (todas feitas em oficinas participativas) e suas execuções também fez com que algumas atividades fossem parcialmente alteradas e/ou agregadas entre si. Os meses em que as atividades foram executadas também careceu

de serem feitas adaptações, a fim de se ajustarem à estação do período, já que entre os meses de novembro a abril é estação de chuvas na Amazônia.

Mesmo assim, os projetos alcançaram robustos resultados, como se pode ver no relato acima e nos produtos em anexo. Majoritariamente voltadas para o desenvolvimento de cadeias produtivas, os projetos prioritários, além de alcançaram tanto resultados imediatos como preparam cenários para a continuação da implementação das cadeias produtivas para o futuro próximo, já sem o apoio do IGATI. Foram feitas capacitações de indígenas em temas relacionados à cadeias produtivas, articulações com outros parceiros, implementação de infraestruturas necessárias, descoberta de compradores para produtos indígenas e outras atividades que serviram e servirão de base para a inserção dos povos indígenas apoiados pelo IGATI poderem em outros patamares dos mercados locais e regionais.

O atraso no início da implementação dos projetos, aliados à intensa agenda dos indígenas em outras áreas que afetam suas rotinas – participação em comitês de saúde, educação, território, etc – fez com que algumas poucas atividades não pudessem ser realizadas. Mas, no geral, isto não comprometeu os resultados alcançados.

D) QUADRO DE USOS E FONTES DETALHADO

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

E) RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

F) LISTAGEM DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

G) MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Encaminhado em outro arquivo (Relatório Financeiro).

H) INDICADORES DO PLANO DE MONITORAMENTO

Deve ser enviada como anexo a este relatório, a planilha do Plano de Monitoramento do projeto, acordada entre o beneficiário e o BNDES, preenchida em sua coluna “Dados Coletados”.

Os dados coletados pelo beneficiário deverão ter como data-base a do término do período de acompanhamento coberto pelo Relatório de Desempenho ou data anterior próxima a esta.

- Anexo ao relatório.

I) DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Informar a seguir o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo beneficiário na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação.

Link(s):

<http://www.tnc.org.br/por-que-a-tnc/trabalhamos-em-parceria/nossos-apoiadores/nossos-apoiadores-bndes-indigena.xml>

J) FOTOS DO PROJETO

Devem ser enviadas fotos digitais das atividades realizadas no âmbito do projeto. Adicionalmente, para cada foto digital, devem ser enviadas também as autorizações de uso de imagem e o termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Serão enviados posteriormente junto com os relatórios e produtos produzidos pelos consultores

K) DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO

Devem ser enviados depoimentos sobre os resultados e impactos do projeto, bem como sobre outros aspectos do projeto considerados relevantes, prestados por beneficiários, parceiros ou por membros da equipe responsável pelo projeto. Esses depoimentos (ou trechos) poderão vir a ser utilizados na divulgação do projeto e seus resultados.

O depoimento deve ser enviado com assinatura do seu autor e se possível acompanhado de sua fotografia em alta resolução. Adicionalmente, para cada depoimento e fotografia, devem ser enviados também autorização de uso de imagem e depoimento e termo de cessão de direitos autorais, conforme modelos disponíveis ao clicar nas imagens abaixo.

- Serão enviados posteriormente junto com os relatórios e produtos produzidos pelos consultores

L) ASPECTOS AMBIENTAIS

Preencher a planilha “Aspectos Ambientais”, clicando no ícone de objeto incorporado abaixo, com os dados referentes às exigências contratuais de comprovação da regularidade ambiental das intervenções previstas no projeto.

Deverão, portanto, constar na planilha a descrição das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, bem como as informações referentes às respectivas manifestações do órgão ambiental competente autorizando a execução da atividade. No caso de emissão de declaração de inexigibilidade de licenciamento ambiental pelo órgão competente para algumas ou todas as atividades do projeto, deverão constar na planilha a descrição das atividades correlacionadas ao documento que declarou inexigível o seu licenciamento.

Não houve nenhum aspecto ambiental relevante que influenciasse a execução das atividades no período relatado

Brasília, 31 de julho 2019



Helcio Marcelo de Souza
Coordenador da Estratégia Indígena da TNC